



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ - SEGOV-PI
SETOR DE PROTOCOLO ALEPI - SEGOV-PI

Av. Antonino Freire, 1450 Palácio de Karnak - Bairro Centro, Teresina/PI, CEP 64001-140
Telefone: - <http://www.pi.gov.br>

EXPEDIENTE 2025/SEGOV-PI/GAB/PROTO-ALEPI

Teresina/PI, 07 de outubro de 2025.

AL-P-(SGM) Nº 00298/2025

Excelentíssimo Senhor
Governador do Estado do Piauí
Palácio de Karnak
RAFAEL TAJRA FONTELES

NESTA CAPITAL

Senhor Governador,

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminhar-lhe, devidamente aprovado pelo Poder Legislativo, o anexo **Autógrafo do Indicativo** de autoria do **Deputado Francisco Limma** que: **"Institui a Política Estadual de Fomento à Radiodifusão Comunitária, e altera a Lei nº 4.997, de 30 de dezembro de 1997"**.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de especial consideração e elevado apreço.

Dep. SEVERO EULÁLIO
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **SEVERO MARIA EULALIO NETO - Matr.0000000-0, Presidente da ALEPI**, em 07/10/2025, às 11:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0020562489** e o código CRC **484A5144**.

Referência: Caso responda este Documento, indicar expressamente o Processo nº 00010.013240/2025-11

SEI nº 0020562489



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ - SEGOV-PI
SETOR DE PROTOCOLO ALEPI - SEGOV-PI

Av. Antonino Freire, 1450 Palácio de Karnak - Bairro Centro, Teresina/PI, CEP 64001-140
Telefone: - <http://www.pi.gov.br>

PROPOSIÇÃO 2025/SEGOV-PI/GAB/PROTO-ALEPI

Teresina/PI, 07 de outubro de 2025.

INDICATIVO Nº 26 DE DE DE 2025

Institui a Política Estadual de Fomento à Radiodifusão Comunitária, e altera a Lei nº 4.997, de 30 de dezembro de 1997.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Institui a Política Estadual de Fomento à Radiodifusão Comunitária no Estado do Piauí, destinada a promover, apoiar e fortalecer o serviço de radiodifusão comunitária, nos termos da Lei Federal nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

Art. 2º São objetivos da presente Lei:

I - promover o fortalecimento institucional técnico e financeiro das rádios comunitárias;

II - incentivar a produção cultural, jornalística, educativa, esportiva e de interesse público de caráter local;

III - valorizar e promover a identidade regional, inclusão social e democracia comunicacional;

IV - garantir a participação popular e controle social nas políticas de comunicação;

V - fortalecer e assegurar a comunicação comunitária, plural, diversa e participativa;

VI - apoiar a manutenção e o desenvolvimento de projetos continuados realizados pela Radiodifusão Comunitária;

VII - promover a difusão do jornalismo, a inovação tecnológica, a inclusão digital, a cultura local, a acessibilidade comunitária, bem como a acessibilidade para pessoas com deficiência;

VIII - fomentar a capacitação contínua de comunicadores comunitários, inclusive em direitos humanos, direito à informação, acessibilidade comunicacional e cultural;

IX - promover a inclusão e interação dos membros das comunidades atendidas junto à informações locais e à cultura regional;

X - apoiar projetos continuados de radiodifusão comunitária e estimular a instalação de novas emissoras, inclusive em plataformas digitais (web-radio, podcasts e streaming);

XI - incentivar a ampliação e capacitação de novos profissionais na radiodifusão comunitária;

XII - fomentar e incentivar a instalação de rádios comunitárias, por meio da valorização de negócios de impacto social;

XIII - assegurar que, no mínimo 60% (sessenta por cento) da programação das emissoras beneficiadas seja dedicada a conteúdos jornalísticos e educativos voltados ao desenvolvimento local.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei entende-se por:

I - serviço de radiodifusão: o serviço de radiodifusão sonora de caráter local, sem fins lucrativos, prestado nos moldes da Lei Federal nº 9.612/1998;

II - comunicador comunitário: profissional que atua na produção e veiculação de conteúdo radiofônico comunitário, detentor de registro profissional conforme Lei nº 6.615/1978, alterada pelo Decreto nº 9.329/2018;

III - incentivador: contribuinte do ICMS que destina parcela do imposto devido a projeto aprovado pelo Programa de Fomento disposto nesta Lei.

CAPÍTULO II

DO PROGRAMA ESTADUAL DE FOMENTO E APOIO AO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Art. 3º Fica criado o Programa Estadual de Fomento e Apoio ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, vinculado à Secretaria de Estado da Comunicação – SECOM, com as seguintes diretrizes:

I - lançamento de editais públicos anuais de apoio financeiro, em regime de fomento, contemplando, no mínimo, 3 (três) modalidades – manutenção estrutural, produção de conteúdo e inovação digital;

II - prestação de assistência técnica para instalação, manutenção, regularização e migração para plataformas digitais;

III - promoção de cursos de formação, oficinas e assessorias técnico-jurídicas, em parcerias público-privadas e priorizando as estabelecidas junto às universidades públicas e entidades representativas;

IV - incentivo à produção de conteúdos regionalizados, plurais e acessíveis, com foco em jornalismo local e cultural popular;

V - reserva de, no mínimo 20% (vinte por cento), dos recursos do Programa de Fomento para emissoras situadas em territórios de vulnerabilidade socioeconômica ou pertencentes a comunidades tradicionais;

VI - constituição de linha de microsubvenção continuada, para despesas operacionais essenciais de rádios comunitárias, com regras e valores expressas em edital específico.

Art. 4º Serão considerados aptos ao Programa Estadual de Fomento e Apoio ao Serviço de Rádios Comunitárias:

I - rádios comunitárias detentoras de outorga vigente, concedida pelo Ministério das Comunicações;

II - rádios comunitárias sem fins lucrativos e com gestão comunitária;

III - associações de caráter representativo de radiodifusão comunitária, sediadas no estado do Piauí com, no mínimo, 3 (três) anos de atuação comprovada em fomento no setor;

IV - rádios comunitárias com transmissão em FM e/ou plataformas digitais, nos termos da Lei Federal nº 9.612/1998.

§ 1º As emissoras beneficiárias deverão comprovar que ao menos 50 % (cinquenta por cento) dos profissionais diretamente envolvidos na produção de conteúdo possuem formação técnica em comunicação social ou registro profissional de radialista, conforme Decreto nº 9.329/2018.

§ 2º As emissoras deverão apresentar plano de capacitação anual de sua equipe em direitos humanos, acessibilidade, comunicação para o desenvolvimento local e tecnologias digitais.

§ 3º Cada entidade outorgada poderá inscrever até 1 (um) projeto por ciclo de editais.

§ 4º Projetos voltados ao fomento de mais de uma emissora poderão ser apresentados por associação representativa, observados os requisitos deste artigo.

Art. 5º As associações de que trata o inciso III do artigo 4º elas deverão comprovar:

I - efetiva representatividade no setor, mediante filiação de, no mínimo, 10 (dez) emissoras outorgadas;

II - experiência mínima de 2 (dois) projetos de apoio ou capacitação no setor;

III - regularidade fiscal e documental;

IV - vínculo atuante com a comunidade e com questões sociais.

Art. 6º A seleção dos projetos e a definição dos valores de apoio caberão à Comissão Julgadora, composta por 12 (doze) membros, com mandato de 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) recondução por igual período, assim distribuídos:

I - presidente, Secretário(a) de Estado da Comunicação (SECOM - PI);

II - 1 (um) representante da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ);

III - 1 (um) representante da Secretaria de Estado da Cultura (SECULT);

IV - 1 (um) representante da Fundação Antares;

V - 2 (dois) representantes de entidades de classe da radiodifusão comunitária;

VI - 1 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);

VII - 1 (um) representante de curso superior, de ensino público, em Comunicação;

VIII - 1 (um) jornalista indicado pelo sindicato dos jornalistas do Piauí;

IX - 1 (um) radialista indicado pelo sindicato dos radialistas do Piauí;

X - 2 (dois) representantes de rádios comunitárias, sendo 1 (um) da capital e 1 (um) da zona rural.

§ 1º A posse dos membros dar-se-á mediante portaria do(a) Secretário(a) de Estado da Comunicação.

§ 2º A Comissão elaborará e publicará edital contendo critérios objetivos de pontuação, observando o disposto nesta Lei.

Art. 7º Fica criado o Conselho Estadual de Radiodifusão Comunitária, órgão de caráter consultivo e de controle social, com composição paritária entre poder público e sociedade civil, cuja competência e regulamentação serão definidas em decreto.

CAPÍTULO III

DO INCENTIVO FISCAL

Art. 8º Fica instituído o incentivo fiscal ao Serviço de Radiodifusão Comunitária no estado do Piauí.

Art. 9º O incentivo ao serviço de radiodifusão comunitária terá como finalidade:

I - destinar percentual específico do ICMS devido por empresas contribuintes para

patrocinar projetos aprovados pelo programa;

II - possibilitar doações diretas de pessoas físicas ou jurídicas a projetos aprovados, a ser destinadas a uma conta específica do Fundo Estadual de Cultura;

III - reservar no mínimo 10% (dez por cento) do percentual dos contratos de publicidade institucional dos meios de comunicação, para rádios comunitárias regularmente autorizadas;

IV - realizar, junto à SECOM, calendário anual de oficinas e clínicas de orientação sobre captação de recursos, prestação de contas e melhoria de serviços ao ouvinte.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá regulamentar mecanismos de emissão de certificado de incentivo fiscal, a ser apresentado pelo contribuinte para fruição do benefício.

Art. 10. A seleção dos projetos observará os seguintes critérios de pontuação, cujos parâmetros serão detalhados em edital:

I - relevância cultural, social e educativa (até 30 pontos), verificada pela coerência do projeto com as necessidades da comunidade atendida e por carta de apoio de pelo menos 2 (duas) entidades locais;

II - alcance comunitário e impacto regional (até 20 pontos), mensurado pela população potencialmente beneficiada e pela abrangência do sinal;

III - transparência na gestão e execução(até 20 pontos), aferida por plano de trabalho, orçamento detalhado e histórico de prestação de contas;

IV - inovação tecnológica e acessibilidade (até 15 pontos), incluindo adoção de podcasts, web-rádio, audiodescrição e recursos de Libras;

V - fortalecimento profissional (até 15 pontos), comprovado por cronograma de capacitação de equipe.

Art. 11. O Poder Executivo poderá destinar recursos, na forma de subvenção social, às fundações ou associações civis de radiodifusão comunitária, observada a Lei Federal nº 13.019/2014, e demais normas públicas.

CAPÍTULO IV

PRESTAÇÃO DE CONTAS E PENALIDADES

Art. 12. As entidades apoiadas deverão apresentar prestação de contas anual simplificada à SECOM, até 31 de março do ano subsequente, contendo relatório de atividades, demonstração financeira e comprovação de cumprimento de metas.

Art. 13. O descumprimento das obrigações acarretará:

I - devolução integral dos recursos recebidos, atualizados monetariamente;

II - impedimento de celebrar novos convênios e contratos com o Estado pelo prazo de 3 (três) anos;

III - comunicação ao Tribunal de Contas do Estado para adoção das medidas cabíveis.

CAPÍTULO V

DA ALTERAÇÃO DA LEI Nº 4.997/1997

Art. 14. O art. 1º da Lei nº 4.997, de 1997, será acrescido do inciso X, que terá a seguinte redação:

“Art. 1º.....

.....

X - radiodifusão comunitária.” (AC)

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. O Poder Executivo regulamentará esta Lei a contar da data de sua publicação.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PETRÔNIO PORTELLA, em Teresina (PI), 30 de setembro de 2025.

Dep. **SEVERO EULÁLIO**
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **SEVERO MARIA EULALIO NETO - Matr.0000000-0, Presidente da ALEPI**, em 07/10/2025, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0020562550** e o código CRC **9DE1CA28**.

Referência: Caso responda este Documento, indicar expressamente o Processo nº 00010.013240/2025-11

SEI nº 0020562550